

tes consensualmente unificadas nas democracias estabelecidas. Os autores defendem que os problemas da democracia não se resolvem com «mais democracia» e que «as elites consensualmente unificadas são preferíveis a todos os outros tipos de elites, visto que produzem um *modus vivendi*. A democracia no século XXI depende da continuação, por parte das elites, desta prática onde ela existe e da sua criação onde ainda não existe. Nenhuma outra questão política é tão fundamental» (p. 292).

À semelhança do verificado na primeira parte, também esta segunda parte encerra com um comentário, elaborado por Fernando Farelo Lopes, intitulado «Elites, partidos e reforma institucional», onde se destacam os méritos e os aspectos menos conseguidos dos textos apresentados. O balanço final de *Elites, Sociedade e Mudança Política* só pode ser bastante positivo. Ainda que muitos dos enfoques seguidos pelos autores resultem de perspectivas de análise similares, dando aqui e ali a sugestão de repetição nas questões abordadas, pela originalidade e abrangência das propostas temáticas, pelas interpretações inovadoras apresentadas, pelas pistas de investigação indicadas, esta obra resulta num dos mais interessantes trabalhos sobre a temática das elites publicados nos últimos tempos entre nós, devendo figurar como leitura obrigatória para todos os cientistas sociais interessados neste tipo de estudos.

PAULO JORGE FERNANDES

*José Cutileiro, Vida e Morte dos Outros — A Comunidade Internacional e o Fim da Jugoslávia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, «Colecção Breve (História)», 2003, 159 páginas.

Diplomata e antropólogo não praticante, «em 1992 José Cutileiro foi coordenador da Conferência de Paz da Jugoslávia da Comunidade Europeia, presidida por Lord Carrington». Nesta qualidade, o autor viveu de perto grande parte dos acontecimentos que conduziram ao desmantelamento da Jugoslávia de Milosevic e privou com os principais protagonistas desses acontecimentos, o que, por vezes, é discreta e apropriadamente referido no texto.

O autor evidencia um extenso conhecimento da história dos Balcãs, o que lhe permite situar com rigor a questão das «Jugoslávias» no contexto das complexas relações conflituais originadas, sucessivamente, pelo Império Otomano, pelo Império Austro-Húngaro, pela equívoca «Mittleuropa» (aquela outra realidade europeia cujos contornos indefinidos, no dizer de Friedrich Naumann, recordam as presenças alemãs a leste) e, finalmente, pela guerra fria. A avaliar pela bibliografia que nos vai sugerindo ao longo do texto, o autor revela não ter deixado escapar nada do que de mais relevante se foi, entretanto, publicando sobre o conflito dos Balcãs.

Tudo somado, José Cutileiro afirma-se como um especialista em as-

suntos dos Balcãs, não sendo exagerado sustentar que este seu livro é uma obra de referência para o estudo dos complexos problemas daquela região. Lapidar, quando descreve e interpreta as origens, remotas e próximas, dos conflitos que têm vindo a dilacerá-la, bem como os seus processos e consequências. Polémica quanto basta, quando se pronuncia sobre o papel da comunidade internacional no desenrolar desses conflitos.

A análise das causas remotas dos conflitos balcânicos encontra-as o leitor no prólogo e em dois pequenos mas incisivos capítulos intitulados, respectivamente, «De Versalhes a Tito», e «De Tito a Badinter». Aí se confirma que, a exemplo de muitos outros países, tanto a primeira Jugoslávia (1918-1941) como a segunda Jugoslávia (de 1945 a 1980, com Tito, e de 1980 a 1991) eram países dotados de contornos profundamente artificiais. Acontece que as Jugoslávias tiveram o azar histórico de serem «fenómenos indissociáveis de duas questões centrais da história do século XX: uma causadora de duas guerras mundiais — qual o lugar da Alemanha na Europa — e a outra na origem da guerra fria — a ambição soviética de reorganizar o mundo» (p. 16) —, não sendo, portanto, de admirar que as suas reconfigurações tenham dado origem a dois dos mais sangrentos conflitos regionais da Europa do século XX.

O capítulo sobre «As potências» dá uma visão muito sucinta, mas muito precisa, dos variados e variá-

veis papéis desempenhados pelos numerosos actores internacionais que intervieram no conflito jugoslavo (Alemanha, União Europeia, Estados Unidos, Nações Unidas, União Soviética/Rússia, Vaticano, Grécia, França, Reino Unido, Itália, Áustria). A variedade e a variabilidade dos papéis incluem os de natureza eminentemente estratégica (Alemanha, Áustria, Grécia); os que envolvem simples ajustes de contas, mesmo que inconsequentes e deslocados no tempo (Alemanha, Itália, Vaticano); os que denotam aparentes e transitórios desinteresses (Estados Unidos, União Soviética/Rússia) ou meras cumplicidades (França), etc. Podemos então recordar que, no início, muitos achavam que a federação devia manter-se, mas depois mudaram de ideias pelas mais variadas razões. Foi o caso, por exemplo, dos Estados Unidos: enquanto o futuro da União Soviética não ficou clarificado, eram a favor da continuidade da Federação; depois, ao mesmo tempo que ajudavam Tudjman a ganhar a guerra contra os sérvios, protegeram os muçulmanos da Bósnia, apoiaram o KLA (Exército de Libertação do Kosovo) e, por motivos vários, incluindo problemas domésticos e sarilhos de alcova, acabaram a bombardear a Sérvia debaixo da capa tutelar da NATO. A União Europeia, inicialmente, também era favorável à continuidade da Jugoslávia. A decisão da Alemanha de reconhecer unilateralmente a Eslovénia e a Croácia sem consultar os seus parceiros europeus é que a obrigou a intervir. Fazendo

jus à sua menoridade política e militar, achou que podia resolver o assunto investindo na diplomacia e tentando comprar os contendores. Acabou a reboque dos americanos.

No capítulo «Quatro guerras», o autor sublinha as especificidades dos conflitos ocorridos na Eslovénia, na Croácia, na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo. Sem nunca descartar a responsabilidade dos sérvios nos desmandos da guerra, recorda-nos, com isenção assinalável, que todos os intervenientes cometeram atrocidades indescritíveis, afirmação que muito deve incomodar os *opinion makers* de serviço que, pelo menos neste *país lilás*, tanto se esforçaram para nos convencerem de que só os sérvios eram criminosos de guerra.

Impressionante é a confirmação categórica de que, em 1992, na Bósnia-Herzegovina, se poderia ter chegado a um acordo satisfatório, que evitaria a guerra, mas que tal não foi possível devido à irredutibilidade dos negociadores, com destaque para o muçulmano Izetbegovic, recentemente falecido.

No Kosovo esteve-se à beira de ceder ao argumento demográfico. Tal não chegou a acontecer porque uma última réstea de pudor (Cutileiro chama-lhe «cálculo geo-estratégico») impediu que, na ânsia de cortar o passo à criação de uma Grande Sérvia (que, aliás, já não tinha condições de se realizar), se promovesse o aparecimento de uma Grande Albânia muçulmana. É uma ocorrência que não está afastada do horizonte e que, a concretizar-se, não parece ser fa-

vorável à prossecução da estabilidade europeia, sobretudo depois dos acontecimentos do 11 de Setembro e posteriores.

Cada uma das quatro guerras teve direito à sua paz.

A paz da Eslovénia foi relativamente fácil de alcançar e parece estar de boa saúde e para durar (a menos que o país se envolva num novo conflito, desta vez com a Áustria, por causa do *Lippizzaner*, a raça de cavalos da Spanische Hofreitschule de Viena, cuja nacionalidade, desde sempre anunciada como austríaca, é agora reivindicada pelos eslovenos).

A paz da Croácia, mau-grado os avanços da democracia, ainda não está inteiramente consolidada, mas, resolvidos certos contenciosos, como, por exemplo, o do destino dos criminosos de guerra croatas, que tardam a fazer companhia a Milosevic, tem pernas para andar.

A paz da Bósnia-Herzegovina é artificial e, pelos vistos, não agrada a ninguém, excepto aos bem pagos funcionários internacionais, que, por acaso, se têm mostrado impotentes para gerirem os conflitos que se manifestam a propósito de tudo e de nada no dia a dia.

No Kosovo a paz é notoriamente precária e de natureza potencialmente explosiva.

Quer dizer, «100 000 mortos e 2 milhões de desalojados depois» (p. 13), a situação na antiga Jugoslávia, a que foi descrita acima, agora agravada pelos problemas da Macedónia e pelas reivindicações do Mon-

tenegro, continua adiada, não sendo de excluir que, em futuros mais ou menos longínquos, os conflitos venham a reacender-se ao sabor dos mais indetermináveis interesses e das mais obtusas estratégias de intervenção na região, bastando para tanto, por exemplo, que certos países ameacem retirar-se das forças de manutenção da paz ou delas se retirem efectivamente.

A chamada «comunidade internacional», essa entidade abstracta dotada de uma complexa geometria (pior do que) variável, não deu, efectivamente, boa conta de si no conflito dos Balcãs. Desde o dia em que, desastrosamente, a Alemanha reconheceu a Eslovénia e a Croácia à revelia de uma esperável concertação com os seus parceiros europeus, as instituições e os países que procuraram intermediar os conflitos raras vezes se entenderam. Os acontecimentos só tomaram um rumo — um mau rumo para a Europa, diga-se de passagem, — no dia em que os EUA se decidiram a assumir a liderança das operações diplomáticas e militares, que interromperam o conflito, mas não o resolveram.

Não custa adivinhar que a intensa actividade diplomática que acompanhou o evoluir dos acontecimentos, além de difícil, deve ter sido extremamente frustrante e mesmo traumatizante para quem nela participou. Não sei se será por esta razão, mas o facto é que José Cutileiro se apresenta neste seu livro como um crítico acérrimo das intervenções da «comunidade internacional» naquilo a que ele

chama «as guerras dos outros», sobretudo quando essas intervenções são feitas em nome de razões de carácter moral ou humanitário.

Um pouco paradoxalmente, depois de, ao longo do seu livro, ter enunciado múltiplas razões (históricas, políticas, económicas, militares, também humanitárias e morais, para não falar das simplesmente irracionais), o autor parece estar convencido de que a intervenção na Jugoslávia terá obedecido a critérios de natureza predominantemente moral ou humanitária e pronuncia-se, claramente, contra este tipo de intervenções por três ordens de razões: porque entende que os padrões morais invocados pelos interventores não correspondem, necessariamente, à sua prática quotidiana; porque, não ocorrendo em todas as situações de conflito, correm o risco de provocar situações de «dois pesos, duas medidas»; porque, com frequência, este tipo de intervenções tende a produzir resultados insatisfatórios, quase sempre ambíguos, que contribuem mais para «anestesiá-los» os conflitos do que para os resolver.

Assim sendo, José Cutileiro sustenta que «as guerras dos outros» devem ser resolvidas por eles mesmos. Sem nunca o afirmar explicitamente, aparenta ser adepto da velha fórmula segundo a qual os conflitos devem ser resolvidos pelos adversários desavindos, mesmo que para isso tenham de se matar uns aos outros. A comunidade internacional só deveria intervir para negociar com os vencedores. O problema é que, no

caso da Jugoslávia, a intervenção da comunidade internacional obedeceu a uma multiplicidade de critérios (incluindo os de natureza moral e humanitária), alguns dos quais eram verdadeiros convites a que os intervenientes em conflito se matassem mesmo uns aos outros. E, quanto aos resultados, se é certo que podem ser considerados insatisfatórios, já que o problema do desmantelamento da Jugoslávia não foi resolvido «integralmente», o facto é que isso é, em si, um resultado. Que, por acaso, não interessa à Europa, que assim se vê a braços com renovados problemas no seu habitualmente débil flanco sudeste.

A questão dos Balcãs está longe de ser uma questão resolvida. Os problemas subsistem. São diferentes, mas não são menos potencialmente explosivos do que antes. Será que, se a comunidade internacional não tivesse intervindo, as coisas estariam melhor? Quem sabe? Talvez sim, talvez não. Noutros conflitos onde a comunidade internacional não interveio, porque não quis (Tchechénia) ou porque não conseguiu (Palestina), os contendores continuam a matar-se uns aos outros sem que se vislumbre uma centelha de paz!

A natureza conflituosa e belicista dos homens não tem segredos desde os tempos em que foi dissecada pelos autores clássicos. Tucídides, Maquiavel, Hobbes e muitos outros demonstraram até à exaustão que a guerra é uma constante do código genético da condição humana.

De Froissart, poeta e historiador do século XIV, reputado especialista

nestas matérias, ocorre-me a seguinte passagem das suas crónicas (tradução livre):

- Friars (saudando os guerreiros) — *Que Deus vos conceda a paz.*
- Sir John Hawkwood — *Livre-me Deus de tamanha generosidade.*
- Friars — *Não vos queríamos ofender, senhor.*
- Sir John Hawkwood — *Como assim, se vos ouço implorar a Deus que me conceda a morte pela fome. Não sabeis que eu vivo da guerra e que a paz é a minha ruína?*

O espírito de Sir John Hawkwood, por vezes disfarçado de *peace-keeper*, continua a pairar sobre os Balcãs... e sobre as dezenas de conflitos armados, nacionais e internacionais, que o IISS (The International Institute for Strategic Studies) tão criteriosamente inventaria anualmente.

JOSÉ MANUEL ROLO

*Michael Woodiwiss, Crime, Crusades and Corruption — Prohibitions in the United States, 1900-1987*, Londres, Piter Publisher, 1988.

Há um exemplar deste livro esgotado na biblioteca do Instituto Uni-